

Assunto: Apurar suposta ocorrência de degradação ambiental praticados por Jessé da Silva Rocha na comunidade Boa Vista de Iriteua

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.7. Processo nº 000392-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Antônia Margareth Moita Sá
Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.8. Processo nº 000387-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes
Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.9. Processo nº 000435-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Jarlesson Gama Amazonas

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.10. Processo nº 000379-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Ana Cláudia Caldeira Tavares

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.11. Processo nº 000672-125/2018

Requerente(s): Ministério Público do Trabalho da 8ª REGIÃO

Requerido(s): Nuclear Center

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo
Assunto: Apurar suposta ocorrência de crime ambiental provocado pelo despejo, em via pública, de resíduos sólidos contaminados

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.12. Processo nº 000033-043/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Terra Santa

Origem: PJ de Terra Santa

Assunto: Apurar possível desvio de finalidade das verbas do CFEM (Compensação Financeira Pela Exploração de Recursos Minerais) no Município de Terra Santa
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.13. Processo nº 000091-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Casa Civil da Governadoria

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades na dispensa de licitação, processo n.º 2019/178432, da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.14. Processo nº 000177-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Renata Carneiro Alves

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possível acumulação indevida de cargos públicos por parte de profissional da saúde

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.15. Processo nº 000105-151/2015

Requerente(s): Não Informado

Requerido(s): Não informado

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades apontadas no relatório de auditoria no contrato n.º 006/2008, celebrado entre a Secretaria de Estado de Comunicação e 08 Agências de publicidade

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do Enunciado 4 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.16. Processo nº 000253-151/2017

Requerente(s): Ministério Público de Contas do Estado do Pará-MPC

Requerido(s): Ação Social Integrada ao Palácio do Governo (ASIPAG), Pio X Sampaio Leite

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas irregularidades na prestação de contas da ASIPAG

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do Enunciado 4 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.17. Processo nº 000350-151/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta improbidade administrativa em razão da não realização do serviço de terraplanagem e pavimentação em Belém, por parte da SESAN

O item foi retirado de pauta pela Conselheira Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo.

1.2.18. Processo nº 024691-003/2020

Requerente(s): Jhonata Gonçalves Monteiro

Requerido(s): Município de Belém e Elizabeth Nadir Muniz de Souza

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito do Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Educação e falta de assiduidade na atuação como integrante do Conselho Tutelar

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.19. Processo nº 000189-132/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Jacundá - Prefeitura Municipal, Construtora Leal Júnior Ltda

Origem: PJ de Jacundá

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na execução de obras públicas, relativas à pavimentação asfáltica no Município de Jacundá

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e PELA RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis, nos termos do artigo 109, I da CF/88.

1.2.20. Processo nº 000164-151/2016

Requerente(s): Secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC

Requerido(s): Guido Souza Teixeira e outros

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas irregularidades praticadas por Karine Barbosa Soares, ex-vice-diretora da E.E.FM "Santa Luzia" nas eleições do Conselho Escolar

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

Itens 1.2.1 a 1.2.20 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves (relator), Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

1.3.1. Processo nº 000031-113/2014

Requerente(s): Anastácio Trindade Campos

Requerido(s): Secretaria de Estado e de Cultura (SECULT) e Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL)

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo

Assunto: Trata-se da instauração de inquérito civil com a finalidade de apurar o estado de má conservação e abandono do imóvel conhecido como "Palacete Fiacola", localizado na Av. Nazaré, Nº 166, em Belém-Pá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 10 da Resolução n.º 179/2017-CNMP.

1.3.2. Processo nº 002161-036/2019

Requerente(s): Anônimo

Requerido(s): Escola Centro Educacional Letras e Artes

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possíveis irregularidades estruturais no Centro Educacional Letras e Artes em Benevides

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao art. 27 da Resolução 007/2019 CPJ.

1.3.3. Processo nº 000002-123/2018

Requerente(s): Município de Santa Luzia do Pará

Requerido(s): Adamor Aires de Oliveira